



Editorial

As revoluções e as suas vidas póstumas

José Neves e Rita Lucas Narra

Práticas da História, n.º 18 (2024): 7-11

www.praticasdahistoria.pt

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P., no âmbito dos projetos UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.



Editorial

As revoluções e as suas vidas póstumas*


José Neves** e Rita Lucas Narra***


The past is never dead. It is not even past.

William Faulkner¹

«É demasiado cedo para dizer», respondeu o primeiro-ministro chinês Chou En Lai, quando Richard Nixon lhe pediu opinião acerca da Revolução Francesa. A conversa teve lugar no início dos anos 1970, por ocasião da visita do então presidente norte-americano à República Popular da China, e nas semanas seguintes prevaleceria a ideia de que o líder chinês, num registo entre o sardónico e o metafísico, se estaria a referir à Revolução Francesa de 1789. Mais recentemente – e como que a desmentir o velho tópico orientalista segundo o qual a Oriente predomina uma noção demorada do tempo histórico –, o intérprete que acompanhou Nixon naquela visita de Estado afirmou que o líder

* Este dossier é publicado no âmbito do Projeto 2023.10725.25ABR, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e acolhido pelo Laboratório Associado IN2PAST.

** José Manuel Viegas Neves (jneves@fcsh.unl.pt).  <https://orcid.org/0000-0002-8331-5635>. Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, Av. Berna 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

*** Rita Lucas Narra (ritalucnarra@gmail.com).  <https://orcid.org/0000-0002-2496-3181>. Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território.

¹ William Faulkner, *Requiem for a Nun* (Londres: Vintage, 1996), 85.

chinês se referia a acontecimentos franceses, sim, mas do ano de 1968. Apócrifa ou não, a resposta de Chou En Lai merece a nossa atenção, ao trazer um aviso e, na sua sequência, uma interpelação. O aviso dita que não nos precipitemos na hora de passar a certidão de óbito a uma revolução; a interpelação instiga-nos a pensar o tempo das revoluções.

É hoje relativamente consensual que o conhecimento historiográfico não reflete apenas a época que identifica como objeto do seu estudo. A escrita da história é inevitavelmente um lugar de encontro entre, pelo menos, duas temporalidades: a do passado a que o historiador se refere e a do presente em que o historiador se encontra ao (d)escrever aquele passado – nem mesmo o mais positivista dos historiadores recusará a ideia de que a sua subjetividade e circunstâncias marcam, em alguma medida, aquilo que escreve e diz sobre o passado. Menos consensual será a proposição de que a linha divisória que aparta o passado e o presente é, também ela, subjetiva e circunstancial. O problema que dá o mote a este número temático – as vidas póstumas da revolução – pretende justamente explorar essa hipótese.

Quando se pode afirmar que uma revolução acabou? Consideremos o caso da Revolução Russa de outubro de 1917. Para alguns, foi logo ali, com as medidas da Nova Política Económica outorgadas por Lenine. Para outros, a ascensão de Estaline à liderança de PCUS gerou o *termidor*. Para outros ainda, a Revolução de Outubro começou a enterrar-se com os princípios da coexistência pacífica enunciados por Khrushchev, o seu fogo extinguindo-se em definitivo com a *perestroika* de Gorbatchov. E, no final do século XX, quase ninguém duvidaria que a revolução morrera de vez com a queda da URSS – quase sempre assimilada à do muro de Berlim, em 1989, mais do que ao seu fim oficial em 1991.

As “vidas póstumas” das revoluções, todavia, perturbam estas e outras certezas. As inúmeras medidas de apagamento da memória da Revolução de Outubro tomadas em diferentes países da Europa de Leste na última década procuraram homenagear as vítimas dos regimes que vigoraram nesses mesmos países durante a segunda metade do século XX. Mas, de igual modo, procuraram dissolver de vez aquela

experiência revolucionária, como se a sua morte ainda não estivesse plenamente consumada. Tratar-se-á, nestes casos, de voltar a enterrar definitivamente a revolução, sendo que essa espécie de semivida das experiências revolucionárias também se manifesta em sentido inverso: quando há o esforço de saudar hoje experiências revolucionárias passadas, de multiplicar as suas manifestações “póstumas” no sentido de tornar o presente menos estável ou até de as tornar operativas e consequentes em tempos que, à partida, não as autorizariam.

Ao apelarmos à apresentação de propostas de artigos ou ensaios sobre as revoluções e as suas vidas póstumas quisemos incentivar o estudo das diferentes interpretações e representações de que revoluções passadas foram sendo alvo, mas também o debate em torno da precariedade dessa fronteira que separa presente de passado. O nosso estímulo à problematização desta fronteira, acrescente-se, não se deve ao facto de aceitarmos uma conceção do tempo de tal forma homogênea que passado, presente e futuro sejam reduzidos à unidade; releva, ao invés, da nossa disponibilidade para aceitar uma perceção não-linear do tempo, que avenge a hipótese de passados tidos por moribundos regressarem à vida presente com um fulgor inesperado. Como se, não raras vezes, diferentes temporalidades se implicassem na ação dos sujeitos históricos, creditando o aforismo de Faulkner que serve de epígrafe a estas linhas.

Os saltos na neve com que Lenine terá efusivamente celebrado o facto de a Revolução de Outubro ter ultrapassado a marca dos 72 dias, por ter sido essa a duração da Comuna de Paris, não se limitaram a reavivar na memória os acontecimentos de 1871; eles sugerem igualmente que a experiência histórica da Comuna, ainda que fracassada, foi contemporânea do líder bolchevique. Da mesma forma que em 1918, quando em Moscovo se ergueu uma estátua de homenagem a Maximilien de Robespierre, os bolcheviques declaravam, também eles, ser demasiado cedo para formular uma opinião definitiva sobre a Revolução Francesa.²

² Tatiana Kondratieva, *Bolcheviks et jacobins: itinéraire des analogies* (Paris: Payot, 1989).

A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, cujo cinquentenário é o pretexto desta nossa iniciativa editorial, oferece-se também a um exercício deste tipo. Será por certo legítimo declarar – eufórica ou desapontadamente – que essa revolução “morreu” no dia 25 de novembro de 1975, quando as forças políticas e os processos sociais mais radicais viram a sua margem de manobra reduzir-se drasticamente. Contudo, observando as grandes manifestações comemorativas ocorridas a 25 de abril de 2024, é também possível identificar aí um sinal de que a revolução continue a ser um referente operativo. Expressões características de uma certa cultura memorialística da revolução de 1974 (como a palavra de ordem “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”) parecem ter adquirido neste contexto um alcance performativo que haviam perdido, recuperadas enquanto resposta a um outra realidade que se supôs extinta com a queda da ditadura do “Estado Novo”, o fenómeno da extrema-direita portuguesa, que obteve um grande resultado nas eleições legislativas realizadas semanas antes das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

As propostas que recebemos ao apelo lançado pela *Práticas da História* podem ser agrupadas em torno de três grandes eixos. Alguns artigos tratam diretamente a problemática das vidas póstumas a que nos temos vindo a referir neste editorial. É o caso, nomeadamente, de “On Decolonising Revolution through a Lens of Afterlives”, de Alice Wilson. À volta de um segundo eixo surgem investigações acerca dos usos que a teoria política ou a filosofia têm feito de diferentes experiências revolucionárias. Tendo-se constituído como um conceito político relevante na história dos últimos séculos, a revolução – aqui balizada nos termos de emergência do moderno conceito de revolução tal como proposto por Reinhart Koselleck³ – participou dos trabalhos de autores como Frantz Fanon, Henri Lefebvre, Gilles Deleuze, Antonio Negri ou André Gorz, entre outros neste número convocados por Thomas van Binsbergen, Manuela Ribeiro Sanches, Francesco Biagi e José Nuno

3 Reinhart Koselleck, “Historical Criteria of the Modern Concept of Revolution”, in Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2004 [1969]), 43-57.

Matos. A forma como a revolução foi sentida e dotada de sentido em atividades culturais no domínio das artes (em particular no cinema, abordado por Patrícia Sequeira Brás e José Filipe Costa) ou nos seus usos políticos (seja no âmbito do discurso parlamentar, como no artigo de Morgane Delaunay, seja no quadro da estatuária pública, por parte de Gil Gonçalves, Henrique Pereira e Ana Sofia Ribeiro) constitui o terceiro eixo, este com particular referência à memória da revolução de 25 de Abril de 1974. Dito isto, o leitor poderá ler cada um dos textos que se seguem pela ordem que preferir!

Referência para citação:

Neves, José, e Rita Lucas Narra. “As revoluções e as suas vidas póstumas”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 18 (2024): 7-11. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n18.38388>.